

COP 15

Convention on the Conservation of
Migratory Species of Wild Animals

Participação da Fundação Florestal



FUNDAÇÃO FLORESTAL

AUTORES

Rodrigo Levkovicz

Andréa Sores Pires

Oswaldo Lucon

Adriana de Arruda Bueno

Gustave Gilles Lopez

Juliana Costa Coelho

Aruã Fernandes Antunes Caetano

Guilherme Casoni da Rocha

Edson Montilha de Oliveira

Nathalia Zandomenegui

Gabriela Carvalho C. Castro

Gabriela Tibiriçá Sartori

Miguel Nema Neto

Veridianna Bessa Penhalber

Mario Mantovani

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

COP15 : convention on the conservation of
migratory species of wild animals [livro
eletrônico] : participação da Fundação
Florestal / coordenação Rodrigo Levkovicz. --
São Paulo : Ed. dos Autores, 2026.
HTML5

Vários autores.
ISBN 978-65-987576-6-3

1. Animais silvestres 2. Biodiversidade
3. Educação ambiental 4. Espécies 5. Meio ambiente -
Congressos 6. Meio ambiente - Conservação e
Proteção 7. Políticas públicas - Brasil
I. Levkovicz, Rodrigo.

26-356024.0

CDD-577.5

Índices para catálogo sistemático:

1. Biodiversidade : Aspectos ambientais : Ecologia
577.5

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

INDICE

INTRODUÇÃO	06
Espécies migratórias não reconhecem fronteiras — sua conservação exige conectividade	06
HISTÓRICO	07
São Paulo é ponto de passagem, abrigo e sobrevivência — onde o destino de espécies migratórias se decide.	08
MONITORABIOSP	09
A FUNDAÇÃO FLORESTAL NA CMS COP15	10
A participação na COP15 fortaleceu significativamente a equipe da Fundação Florestal, ampliando seu repertório técnico, estratégico e institucional na agenda global de conservação de espécies migratórias.	11
Compreendendo e protegendo nossa vida silvestre	11
ARTICULAÇÃO	12
A articulação institucional ampliou conexões estratégicas e fortaleceu a capacidade de cooperação da Fundação Florestal em escala nacional e internacional.	12
RESULTADOS DA CMS COP15	13
Participar da COP15 não foi uma opção — foi garantir que São Paulo esteja onde o futuro da conservação está sendo decidido.	14
ESPÉCIES MIGRATÓRIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO	15
Peixes migratórios	16
Mamíferos migratórios	16
Espécies migratórias ameaçadas	16
PAPEL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SITUAÇÃO INSTITUCIONAL	17
TERRITÓRIOS ESTRATÉGICOS PARA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES MIGRATÓRIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO	18

AMBIENTES COSTEIROS E MARINHOS	18
SISTEMAS FLUVIAIS E PEIXES MIGRADORES	18
AMBIENTES INTERIORES E ÁREAS DE PASSAGEM	19
CONSIDERAÇÕES ESTRATÉGICAS	19
CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL DA CONVENÇÃO SOBRE ESPÉCIES MIGRATÓRIAS (CMS)	20
PANORAMA ESTRATÉGICO PARA A GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL NO CONTEXTO DA CMS	23
PERCEPÇÕES E DEPOIMENTOS DA DELEGAÇÃO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL NA COP 15 CMS	25
FOTOS	25



Crédito: MonitoraBioSP

INTRODUÇÃO

A Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS), vinculada ao sistema das Nações Unidas, constitui o principal instrumento internacional voltado especificamente à conservação de espécies migratórias, seus habitats e rotas ao longo de toda a sua área de distribuição. A Convenção reconhece que a manutenção dessas espécies depende de esforços coordenados entre países, uma vez que seus ciclos de vida ultrapassam limites jurisdicionais, exigindo governança multinível e cooperação internacional baseada em evidências científicas.

No âmbito da CMS, são consideradas espécies migratórias aquelas cujas populações realizam deslocamentos regulares, previsíveis e cíclicos entre diferentes regiões geográficas.

A Convenção organiza essas espécies em dois anexos: o Anexo I, que inclui espécies ameaçadas de extinção e demanda medidas rigorosas de proteção; e o Anexo II, que reúne espécies com estado de conservação desfavorável ou que dependem de cooperação internacional para sua conservação efetiva



Crédito: Miguel Nema

Desde sua ratificação pelo Brasil, formalizada pelo Decreto Legislativo nº 387/2013 e promulgada pelo Decreto nº 9.080/2017, a CMS passou a integrar o conjunto de compromissos internacionais assumidos pelo país no campo da conservação da biodiversidade. Nesse contexto, o Brasil tem avançado na internalização das diretrizes da Convenção, incluindo a atualização periódica da lista nacional de espécies migratórias, a elaboração de relatórios nacionais e a participação ativa em instrumentos associados, como acordos multilaterais, memorandos de entendimento e forças-tarefa temáticas

Espécies migratórias não reconhecem fronteiras — sua conservação exige conectividade

A Conferência das Partes (COP) da CMS constitui sua instância máxima de deliberação, sendo responsável pela definição de prioridades, diretrizes e instrumentos para o período subsequente. A realização da 15ª Conferência das Partes (COP15), no Brasil, em março de 2026, representa marco relevante para o fortalecimento da agenda nacional e internacional de conservação de espécies migratórias, além de consolidar o protagonismo do país na governança global da biodiversidade.

Nesse cenário, a atuação institucional em escala subnacional, especialmente em estados com elevada relevância ecológica como São Paulo, assume papel estratégico. A conservação de espécies migratórias depende diretamente da manutenção da integridade ecológica de áreas-chave, incluindo unidades de conservação, corredores ecológicos e zonas de uso sustentável, que funcionam como áreas de alimentação, reprodução, descanso e conectividade ao longo das rotas migratórias.

Assim, a presente análise insere-se no contexto mais amplo dos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da CMS, articulando-os com as políticas públicas estaduais de conservação da biodiversidade e com os desafios contemporâneos associados à fragmentação de habitats, às mudanças climáticas e à intensificação de pressões antrópicas sobre os ecossistemas.



Crédito: DeaPires

HISTÓRICO

A atuação brasileira relacionada à Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS) no estado de São Paulo começou a se estruturar ainda nas décadas de 1980 e 1990, período em que o Projeto TAMAR foi consolidado e passou a atuar de forma sistemática em praias do litoral paulista, promovendo a proteção de tartarugas marinhas por meio de ações integradas de pesquisa científica, manejo in situ, educação ambiental e engajamento comunitário. Nesse mesmo período, tiveram início as primeiras iniciativas de monitoramento de aves migratórias em áreas úmidas e costeiras do estado, especialmente em regiões inseridas no Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, que passaram a ser reconhecidas como sítios estratégicos para espécies que realizam migrações de longa distância no contexto das Américas.



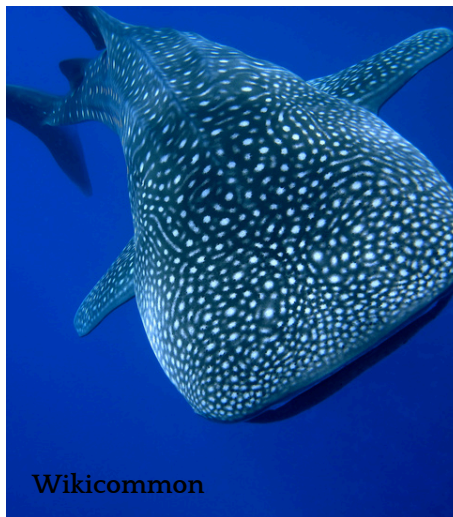
Wikicommon

Em 1995, foi criado o Acordo sobre a Conservação de Aves Aquáticas Migratórias da África-Eurásia, instrumento derivado da CMS voltado especificamente à conservação de aves aquáticas migratórias. Ainda que o Brasil não seja parte formal do acordo, as metodologias, diretrizes e bases de dados associadas ao AEWA passaram a influenciar iniciativas nacionais, permitindo a integração de informações provenientes de áreas costeiras e zonas úmidas paulistas aos esforços internacionais de monitoramento e conservação dessas espécies.

Ao longo dos anos 2000, as ações de conservação ganharam maior capilaridade no território paulista. O Projeto TAMAR expandiu suas atividades, consolidando bases operacionais, ampliando a atuação em educação ambiental e fortalecendo a proteção de áreas de alimentação e passagem de tartarugas marinhas. Paralelamente, Unidades de Conservação costeiras, como a Estação Ecológica Juréia-Itatins e o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, passaram a ser reconhecidas como áreas-chave para aves migratórias, oferecendo habitats essenciais para descanso, alimentação e refúgio ao longo das rotas migratórias continentais.

Em 2001, o Brasil assinou o Memorando de Entendimento sobre a Conservação das Tartarugas Marinhas, alinhando programas nacionais às diretrizes internacionais da Convenção e fortalecendo a cooperação entre países que compartilham populações migratórias de quelônios marinhos. Esse marco contribuiu para a consolidação de uma abordagem mais integrada, baseada em ciclo de vida e conectividade ecológica.

Em 2008, foi estabelecido o Memorando sobre Aves de Rapina Migratórias (Raptors MoU), ampliando o escopo da CMS para incluir aves de rapina migratórias. A partir desse período, iniciativas de pesquisa e monitoramento no estado de São Paulo passaram a incorporar de forma mais sistemática espécies como falcões, gaviões e águias, especialmente em áreas do interior que funcionam como corredores de passagem sazonal, evidenciando a importância de ambientes não costeiros na conservação de espécies migratórias. Durante a década de 2010, o Brasil avançou na estruturação dos Planos de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas, coordenados pelo ICMBio, incorporando estratégias específicas para espécies migratórias. Nesse período, houve também avanço significativo no uso de tecnologias como telemetria e rastreamento por satélite, permitindo maior precisão na identificação de rotas migratórias, áreas críticas e padrões de uso do habitat, incluindo diversas áreas no território paulista.



Esse avanço contribuiu para qualificar a tomada de decisão e orientar ações de conservação baseadas em evidências.

Na década de 2020, intensificaram-se as ações de fiscalização e combate ao tráfico ilegal de fauna e flora, com maior integração entre os compromissos da CMS e da CITES, além do fortalecimento da cooperação entre órgãos ambientais, forças de segurança e instituições de pesquisa. Paralelamente, ampliaram-se programas de educação ambiental em escolas e comunidades costeiras, voltados à conscientização sobre a importância das espécies migratórias, à redução de impactos antrópicos e ao fortalecimento da governança socioambiental local.

Destaca-se, ainda, que o estado de São Paulo, por meio de sua rede de Unidades de Conservação e programas de monitoramento da biodiversidade, como aqueles conduzidos pela Fundação Florestal, desempenha papel estratégico na manutenção da conectividade ecológica em escala regional.

Essas áreas funcionam como nós fundamentais em redes migratórias mais amplas, conectando ambientes costeiros, florestais e de interior, e contribuindo diretamente para o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da CMS.

Em 2026, o Brasil assumiu papel de destaque ao sediar a COP15 da CMS, realizada em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. O evento consolidou o protagonismo do país na governança global da biodiversidade e reforçou a necessidade de integração entre políticas públicas, ciência e gestão territorial. Para o estado de São Paulo, esse contexto representa não apenas reconhecimento das ações já desenvolvidas, mas também uma oportunidade estratégica para ampliar a escala, a integração e a efetividade das iniciativas voltadas à conservação de espécies migratórias, em consonância com os compromissos internacionais e com o Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal.

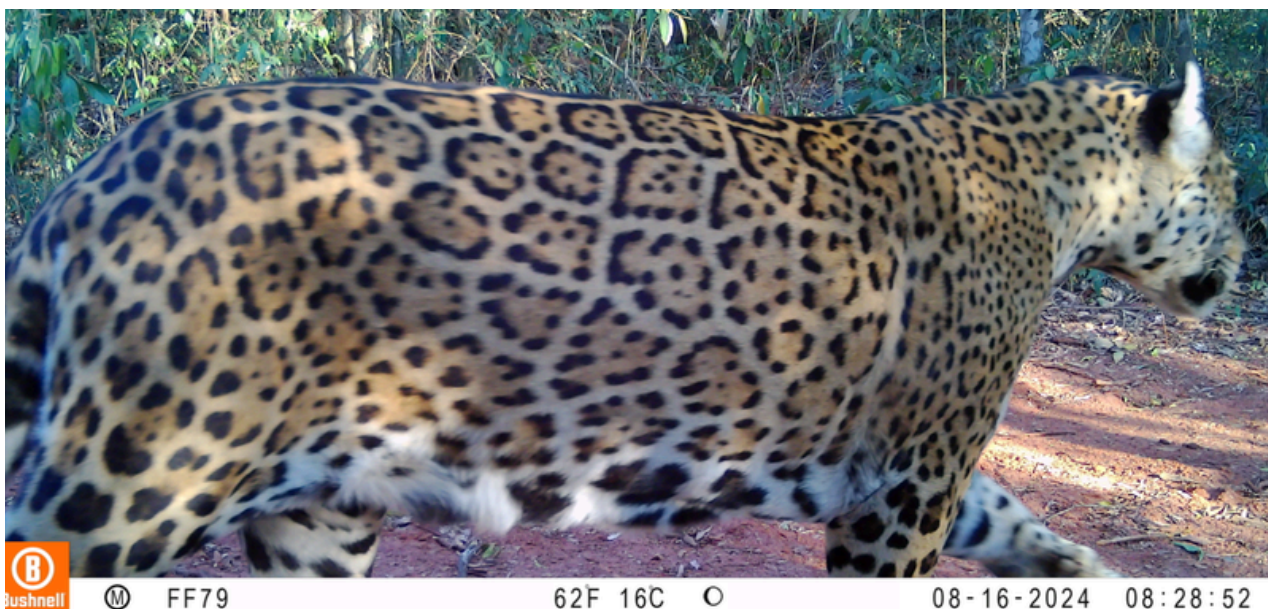
São Paulo é ponto de passagem, abrigo e sobrevivência — onde o destino de espécies migratórias se decide.



MONITORABIOSP

O Programa MonitoraBioSP constitui uma iniciativa estruturante do Estado de São Paulo para o monitoramento sistemático da biodiversidade em Unidades de Conservação, com foco na geração de dados robustos, padronizados e de longo prazo. Implementado em larga escala territorial, o programa tem se consolidado como ferramenta estratégica para subsidiar a gestão adaptativa, a formulação de políticas públicas e o cumprimento de compromissos nacionais e internacionais relacionados à conservação da fauna.

No contexto da conservação de espécies migratórias, tema central da Convention on Migratory Species, o MonitoraBioSP apresenta elevado potencial de contribuição ao fornecer informações essenciais sobre ocorrência, padrões de uso do habitat, conectividade funcional e dinâmica espacial das espécies ao longo do tempo. A utilização de armadilhas fotográficas e protocolos complementares permite detectar variações na presença e atividade de espécies com deslocamentos sazonais ou de ampla área de vida, incluindo



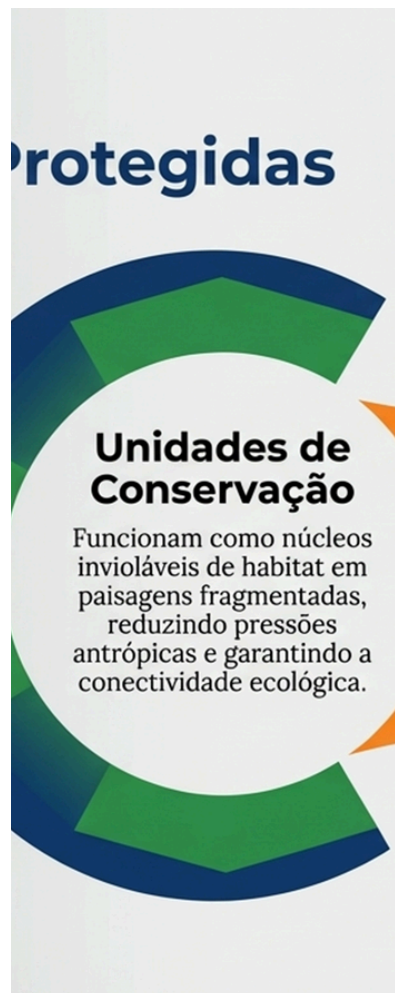
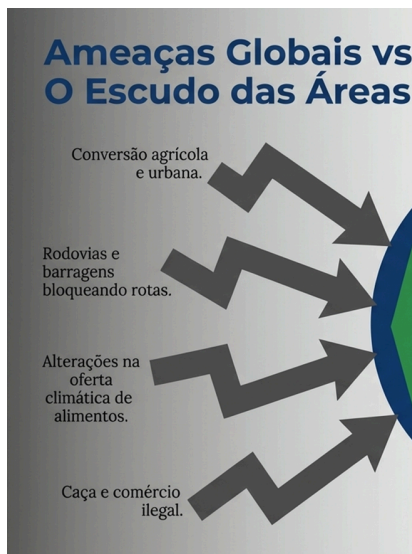
mamíferos de médio e grande porte que desempenham papel ecológico relevante e, em alguns casos, apresentam movimentos em escala de paisagem.

Além disso, os dados gerados pelo programa contribuem para a identificação e manutenção de corredores ecológicos, aspecto crítico para a conservação de espécies migratórias, especialmente em contextos de alta fragmentação como a Mata Atlântica. A compreensão dos padrões de movimentação da fauna subsidia diretamente ações de restauração ecológica, planejamento territorial e definição de áreas prioritárias para conservação, fortalecendo a conectividade entre fragmentos e a funcionalidade dos ecossistemas.

O MonitoraBioSP também se destaca por sua capacidade de integrar informações em plataformas globais, como o Wildlife Insights, ampliando a visibilidade dos dados produzidos e contribuindo para iniciativas internacionais de monitoramento da biodiversidade. Essa integração favorece a comparabilidade entre regiões, o intercâmbio de conhecimento e o alinhamento com metas globais de conservação.

Sob a perspectiva da tomada de decisão, o programa fornece indicadores ecológicos fundamentais – como ocupação, detectabilidade e padrões de atividade – que permitem avaliar tendências populacionais, identificar pressões e ameaças e orientar ações de manejo, proteção e planejamento. Esses insumos são particularmente relevantes para a implementação de estratégias voltadas à conservação de espécies migratórias, que dependem de abordagens integradas e baseadas em evidências.

Dessa forma, o MonitoraBioSP se consolida como uma ferramenta essencial para apoiar o Estado de São Paulo no avanço de compromissos assumidos no âmbito da Convention on Migratory Species, contribuindo para a conservação de espécies migratórias por meio da produção de conhecimento aplicado, do fortalecimento da governança ambiental e da promoção de decisões mais eficazes e informadas.



A participação da Fundação Florestal na 15ª Conferência das Partes da Convenção sobre Espécies Migratórias (CMS COP15), realizada em Campo Grande entre 23 e 29 de março de 2026, foi precedida por um processo estruturado de planejamento institucional, iniciado no final de janeiro, com a constituição de um grupo de trabalho multidisciplinar responsável pela organização logística, técnica, administrativa e estratégica da atuação da instituição no evento. Esse grupo integrou representantes de diferentes diretorias, núcleos e áreas temáticas, incluindo biodiversidade, zona costeira, planejamento territorial, monitoramento, gestão de unidades de conservação e comunicação institucional, promovendo um esforço coordenado que resultou na consolidação de insumos técnicos, diagnósticos e diretrizes para a participação qualificada da Fundação Florestal no cenário internacional.

Do ponto de vista administrativo, o processo envolveu a organização do credenciamento institucional junto à CMS, incluindo a padronização de informações, definição de categorias de participação e regularização documental dos integrantes da delegação. Destaca-se que a superação de entraves operacionais, como a necessidade de atualização de documentos de viagem e adequação aos requisitos internacionais de registro, evidenciou a capacidade de resposta institucional e a articulação interna da Fundação Florestal, garantindo a plena participação da equipe nas atividades da conferência.

Paralelamente, a logística de deslocamento, hospedagem e suporte operacional foi conduzida de forma integrada, considerando as limitações de infraestrutura decorrentes da alta demanda gerada pelo evento. Foram estruturados fluxos de transporte, reservas escalonadas e planejamento financeiro detalhado, incluindo a operacionalização de diárias e adequação às normativas vigentes, assegurando condições adequadas para a participação da delegação e minimizando riscos operacionais.

A preparação técnica constituiu o eixo central da atuação institucional. A equipe realizou levantamento abrangente das espécies migratórias listadas nos Anexos I e II da CMS, com base na Portaria GM/MMA nº 1.314/2025, promovendo o cruzamento entre a lista oficial da Convenção, sua ocorrência no território nacional, registros no estado de São Paulo e presença nas Unidades de Conservação estaduais.

A FUNDAÇÃO FLORESTAL NA CMS COP15



Fundação Florestal

A participação na COP15 fortaleceu significativamente a equipe da Fundação Florestal, ampliando seu repertório técnico, estratégico e institucional na agenda global de conservação de espécies migratórias.

Esse processo foi apoiado por múltiplas bases de dados, incluindo sistemas institucionais e plataformas de ciência cidadã, e estruturado por grupos taxonômicos especializados, abrangendo aves, morcegos, mamíferos terrestres e marinhos, peixes e elasmobrânquios.

Como resultado, foi consolidado um Documento de Apoio Técnico que sistematizou informações sobre o funcionamento da CMS, instrumentos jurídicos, prioridades globais, tendências populacionais e principais vetores de ameaça às espécies migratórias, como fragmentação de habitats, infraestrutura linear, barramentos, captura ilegal, pesca incidental, sobrepesca, poluição e mudanças climáticas. Esse documento também estabeleceu conexão direta entre o contexto global e a realidade das Unidades de Conservação paulistas, posicionando o estado de São Paulo como território estratégico para a conservação de espécies migratórias em escala continental.



Fundação Florestal

Compreendendo e protegendo nossa vida silvestre

No âmbito da estratégia institucional, destaca-se a elaboração de conteúdos voltados à projeção internacional da Fundação Florestal, incluindo proposta de side event, materiais bilíngues, produtos digitais e apresentações institucionais. Ainda que nem todas as propostas tenham sido formalmente incorporadas à programação oficial, o processo contribuiu para consolidar narrativas técnicas e institucionais consistentes, posteriormente utilizadas nas interações ao longo da conferência.

Durante a realização da COP15, a delegação da Fundação Florestal participou ativamente de painéis temáticos, plenárias, reuniões técnicas e eventos paralelos, abordando temas centrais da agenda global de conservação, como conectividade ecológica, corredores de biodiversidade, conservação marinha, gestão de habitats, saúde única, coexistência entre humanos e

fauna, turismo de base comunitária e governança ambiental. Destaca-se a inserção qualificada da equipe em discussões estratégicas relacionadas à conservação de cetáceos no Atlântico Sul, incluindo o South Atlantic Whale Action Plan, bem como em debates sobre pesca incidental, conservação de elasmobrânquios, impactos da navegação e gestão de áreas marinhas protegidas



Crédito: Miguel Nema

ARTICULAÇÃO



A atuação da Fundação Florestal também foi marcada por intensa articulação institucional, com interlocução junto a órgãos federais, organizações da sociedade civil, instituições científicas e delegações internacionais. Essas interações permitiram a identificação de oportunidades concretas de cooperação técnica, inserção em redes globais de monitoramento, desenvolvimento de projetos conjuntos e acesso a mecanismos de financiamento internacional, como aqueles vinculados ao Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e ao Fundo Verde para o Clima (GCF). Esse processo reforçou o posicionamento da Fundação Florestal como instituição técnica relevante no cenário da conservação da biodiversidade.



Adicionalmente, a estratégia de comunicação institucional adotada durante a COP15 ampliou a visibilidade da atuação da Fundação Florestal, por meio da produção sistemática de conteúdos digitais, registros audiovisuais e materiais informativos alinhados às diretrizes de sustentabilidade do evento. Essa abordagem contribuiu para fortalecer a imagem institucional e ampliar o alcance das ações desenvolvidas no estado de São Paulo.

A participação na COP15 evidenciou, de forma consistente, a relevância das Unidades de Conservação paulistas para a manutenção de espécies migratórias, destacando especialmente os ambientes costeiros, marinhos e de Mata Atlântica como componentes essenciais de redes ecológicas mais amplas. Nesse contexto, iniciativas como o monitoramento sistemático da biodiversidade, o uso de tecnologias aplicadas à gestão ambiental e a integração entre ciência, gestão e políticas públicas posicionam São Paulo como referência em conservação em territórios altamente antropizados.

Entre os principais resultados alcançados, destacam-se o fortalecimento da inserção institucional da Fundação Florestal em âmbito nacional e internacional, a ampliação de oportunidades de cooperação científica e técnica, o aprimoramento das capacidades internas da equipe, a consolidação de narrativas estratégicas e a projeção das políticas públicas paulistas no contexto global da biodiversidade.

Dessa forma, a participação na CMS COP15 configura-se não apenas como presença institucional em fórum internacional, mas como marco estratégico de qualificação técnica, fortalecimento institucional e ampliação da capacidade de atuação da Fundação Florestal frente aos desafios contemporâneos da conservação da biodiversidade em escala global.

A articulação institucional ampliou conexões estratégicas e fortaleceu a capacidade de cooperação da Fundação Florestal em escala nacional e internacional.



A participação da Fundação Florestal na CMS COP15 deve ser compreendida não apenas como presença institucional em fórum internacional, mas como ação estratégica diretamente vinculada à qualificação da política pública de conservação da biodiversidade no Estado de São Paulo. Os resultados da Conferência indicam uma inflexão relevante na governança global das espécies migratórias, com avanços normativos, científicos e operacionais que impactam diretamente a gestão de territórios subnacionais, especialmente aqueles com elevada relevância ecológica, como o território paulista

RESULTADOS DA CMS COP15



Do ponto de vista técnico, a COP15 consolidou um novo patamar de integração entre conservação de espécies e conectividade ecológica, com destaque para a institucionalização de instrumentos voltados a corredores migratórios, conectividade marinha e proteção de habitats críticos, como montes submarinos e rotas oceânicas de aves. Essas decisões ampliam significativamente o escopo da conservação, deslocando o foco de áreas isoladas para sistemas ecológicos conectados, abordagem que dialoga diretamente com a realidade e os desafios enfrentados pela Fundação Florestal na gestão de mosaicos de Unidades de Conservação inseridos em paisagens altamente fragmentadas. Nesse contexto, a participação da Fundação Florestal permitiu a internalização antecipada dessas diretrizes globais, posicionando a instituição em alinhamento com as agendas mais recentes da CMS e do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal.



Isso representa ganho estratégico direto, uma vez que reduz defasagens entre normativas internacionais e práticas locais, permitindo que o Estado de São Paulo opere em sintonia com padrões internacionais de conservação. Adicionalmente, a COP15 evidenciou a crescente centralidade de temas como pesca incidental, poluição marinha, infraestrutura linear, perda de habitat e mudanças climáticas como vetores de impacto sobre espécies migratórias. Esses vetores coincidem com pressões já identificadas no território paulista, especialmente em zonas costeiras, estuarinas e áreas de Mata Atlântica, o que reforça a importância de incorporar as recomendações da CMS às estratégias estaduais de gestão ambiental.



Do ponto de vista institucional, a participação da Fundação Florestal ampliou significativamente sua inserção em redes internacionais de cooperação técnica e científica. As articulações realizadas durante o evento abriram possibilidades concretas de acesso a financiamentos internacionais, integração a iniciativas globais de monitoramento e participação em projetos multilaterais voltados à conservação de espécies migratórias. Esse aspecto é particularmente relevante, considerando a crescente dependência de mecanismos internacionais de financiamento para viabilizar ações de conservação em larga escala.

Outro resultado relevante refere-se ao fortalecimento da capacidade técnica interna da instituição. O processo preparatório, aliado à participação direta nas discussões da COP, promoveu atualização qualificada da equipe em temas emergentes, metodologias de monitoramento, instrumentos de governança e tendências globais de conservação. Esse ganho

não é pontual, mas estruturante, na medida em que se traduz em maior capacidade de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas ambientais.



Importa destacar que os resultados da COP15 transcendem o campo declaratório, estabelecendo diretrizes que tendem a influenciar normativas nacionais, critérios de financiamento, acordos multilaterais e prioridades de conservação nos próximos anos. Nesse cenário, a ausência em espaços como esse implicaria perda de capacidade de antecipação, menor acesso a informações estratégicas e redução da competitividade institucional na captação de recursos e estabelecimento de parcerias.

Por fim, a participação da Fundação Florestal deve ser entendida como investimento estratégico em governança ambiental. Em um contexto de aceleração das mudanças climáticas, intensificação de pressões antrópicas e declínio global de espécies migratórias, a capacidade de atuar de forma conectada a redes internacionais, antecipar tendências e incorporar inovação torna-se condição necessária para a efetividade da gestão ambiental.

Assim, a presença na CMS COP15 não apenas fortaleceu a atuação da Fundação Florestal, como ampliou sua capacidade de resposta frente aos desafios contemporâneos da conservação, posicionando-a de forma competitiva e alinhada às melhores práticas internacionais.

Participar da COP15 não foi uma opção — foi garantir que São Paulo esteja onde o futuro da conservação está sendo decidido.



Miguel Nema



Miguel Nema



Luiz Bravo

ESPÉCIES MIGRATÓRIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Contexto, relevância e papel das Unidades de Conservação

O Estado de São Paulo ocupa posição estratégica nas rotas migratórias da América do Sul, conectando fluxos biológicos que envolvem a América do Norte, a Patagônia, regiões andinas e o Atlântico Sul. Nesse contexto, o território paulista funciona como área de alimentação, descanso, reprodução e passagem para diversas espécies migratórias, especialmente aves, peixes e mamíferos marinhos.

A conservação dessas espécies está diretamente associada à manutenção de redes de habitats conectados, sendo as Unidades de Conservação (UCs) elementos centrais nesse processo, especialmente em regiões costeiras, zonas úmidas e grandes bacias hidrográficas.

Distribuição regional e importância ecológica

A ocorrência de espécies migratórias no estado apresenta forte organização espacial, com destaque para:

- Litoral Sul (Cananéia, Iguape, Ilha Comprida): principal área para aves limícolas migratórias e mamíferos marinhos
- Litoral Norte (Ubatuba, Ilhabela, São Sebastião): corredor migratório marinho relevante para aves oceânicas e cetáceos
- Vale do Ribeira: suporte a aves migratórias associadas a ambientes estuarinos e florestais
- Bacias do Alto Paraná (Tietê, Paranapanema, Grande): rotas essenciais para peixes migradores
- Vale do Paraíba: corredor para aves migratórias e peixes em ambientes fluviais.

Essa distribuição evidencia que a conservação de espécies migratórias em São Paulo depende de uma abordagem integrada entre ambientes costeiros, marinhos, florestais e fluviais.

Aves migratórias

O estado de São Paulo integra importantes rotas migratórias continentais e intercontinentais, recebendo espécies oriundas do Hemisfério Norte, da Patagônia e de outras regiões da América do Sul.

As aves migratórias utilizam principalmente:

- praias arenosas e planícies de maré
- manguezais e estuários
- costões rochosos e ilhas costeiras
- várzeas e margens de rios
- áreas abertas do interior.

Entre os grupos mais representativos destacam-se as aves limícolas, aves marinhas e aves migratórias continentais.

Espécies relevantes incluem:

- *Calidris canutus*
- *Calidris fuscicollis*
- *Tringa flavipes*
- *Sterna hirundinacea*

Essas espécies dependem de habitats bem conservados ao longo de suas rotas para completar seus ciclos migratórios, o que torna o litoral paulista, especialmente o complexo Cananéia-Iguape, uma área crítica para sua conservação.

Peixes migratórios

Os peixes migratórios do estado realizam deslocamentos de longa distância, especialmente durante a piracema, quando sobem os rios para reprodução. As principais bacias envolvidas são:

- Tietê
- Paranapanema
- Rio Grande
- Paraíba do Sul
- Ribeira de Iguape.

Espécies representativas incluem:

- Prochilodus lineatus
- Salminus brasiliensis
- Brycon orbignyanus
- Pseudoplatystoma corruscans.

Essas espécies dependem de conectividade longitudinal dos rios, sendo fortemente impactadas por:

- barragens e hidrelétricas
- poluição
- sobrepesca
- fragmentação de habitats.

A perda de conectividade fluvial representa atualmente uma das principais ameaças à manutenção desses ciclos migratórios.



Wikicommon



Wikicommon

Mamíferos migratórios

No estado de São Paulo, os mamíferos migratórios estão principalmente associados ao ambiente marinho.

Destacam-se:

- *Megaptera novaeangliae*
- *Eubalaena australis*

Essas espécies utilizam o litoral paulista como corredor migratório durante seus deslocamentos entre áreas de alimentação e reprodução.

As principais ameaças incluem:

- colisões com embarcações
- poluição marinha
- ruído subaquático.

Além disso, morcegos apresentam deslocamentos sazonais associados à disponibilidade de recursos alimentares, embora não configurem migração clássica de longa distância.

Espécies migratórias ameaçadas

Entre as espécies migratórias com maior preocupação de conservação no estado destacam-se:

Aves

- *Calidris canutus* – Vulnerável
- *Calidris subruficollis* – Vulnerável
- *Calidris fuscicollis* – Quase Ameaçada

Essas espécies sofrem principalmente com:

- perda de habitats costeiros
- degradação de áreas de parada migratória
- perturbação humana.

Peixes

- *Brycon orbignyanus* – Em Perigo
- *Salminus brasiliensis* – Vulnerável (regional)
- *Prochilodus lineatus* – Vulnerável (regional)

A principal ameaça é a fragmentação de rios e perda de conectividade.

Mamíferos marinhos

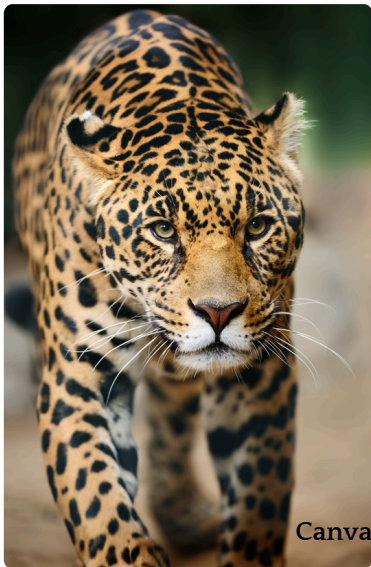
- *Megaptera novaeangliae*
- *Eubalaena australis*

Ameaças incluem:

- colisões
- poluição
- perturbação antrópica.



Miguel Nema



PAPEL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SITUAÇÃO INSTITUCIONAL

As Unidades de Conservação do Estado de São Paulo desempenham papel estratégico na conservação de espécies migratórias, ao assegurar a proteção de habitats críticos ao longo de diferentes fases do ciclo de vida dessas espécies, incluindo áreas de alimentação, reprodução, descanso e deslocamento.

Inseridas em um território que integra importantes rotas migratórias continentais e oceânicas, essas áreas protegidas contribuem para a manutenção da conectividade ecológica em escala regional, aspecto essencial para a persistência de espécies que dependem de múltiplos ambientes ao longo de extensas distâncias geográficas.

Nesse contexto, a rede de Unidades de Conservação sob gestão da Fundação Florestal abrange um conjunto representativo de ecossistemas, incluindo ambientes costeiros e marinhos, zonas úmidas, florestas e sistemas fluviais, que sustentam processos ecológicos fundamentais para espécies migratórias. Destacam-se, em especial, áreas como o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, o Parque Estadual de Ilhabela e o Parque Estadual da Serra do Mar, que integram corredores ecológicos relevantes para aves migratórias, mamíferos marinhos e outras espécies de ampla mobilidade.

Adicionalmente, as Unidades de Conservação contribuem para a mitigação de pressões antrópicas que afetam diretamente essas espécies, por meio de ações de proteção territorial, ordenamento do uso público, fiscalização e manejo de habitats. Tais medidas são particularmente relevantes em regiões costeiras e fluviais, onde se concentram importantes áreas de parada migratória e rotas de deslocamento.

A conectividade ecológica entre Unidades de Conservação e áreas privadas é um elemento central para a efetividade da conservação de espécies migratórias, especialmente em um território altamente fragmentado como o estado de São Paulo. Nesse contexto, ganha relevância o papel de instrumentos complementares, como as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que podem ampliar e consolidar corredores ecológicos em paisagens produtivas. A discussão, amplamente presente na COP15, reforça que a conservação não se limita às áreas públicas, mas depende de uma abordagem integrada de paisagem. Nesse sentido, a atuação da Fundação Florestal, ao fomentar parcerias, apoiar iniciativas de conservação voluntária e articular diferentes instrumentos de gestão territorial, contribui diretamente para fortalecer essa conectividade e ampliar a funcionalidade ecológica entre áreas protegidas.

No âmbito institucional, a Fundação Florestal tem avançado na consolidação de instrumentos de gestão baseados em evidências científicas, com destaque para a implementação de programas sistemáticos de monitoramento da biodiversidade e para o desenvolvimento de iniciativas integradas de conservação e restauração ecológica. A articulação entre produção de dados, gestão adaptativa e planejamento territorial fortalece a capacidade institucional de resposta a desafios complexos, como aqueles associados à conservação de espécies migratórias.

Esse esforço contribui diretamente para o cumprimento de compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Convention on the Conservation of Migratory Species of Wild Animals, ao promover a conservação de habitats, a conectividade de paisagens e a geração de informações qualificadas para subsidiar políticas públicas.

Por fim, destaca-se que a conservação de espécies migratórias demanda abordagens integradas e cooperação em múltiplas escalas. Nesse sentido, a atuação da Fundação Florestal, por meio de sua rede de Unidades de Conservação e de suas iniciativas institucionais, posiciona o Estado de São Paulo como um ator relevante na implementação de estratégias de conservação alinhadas às agendas globais de biodiversidade.

A Mudança de Paradigma
Uma Unidade de Conservação não é uma ilha isolada no território estadual; é um waypoint internacional ativo.

O Valor Estratégico
Quando a Fundação Florestal protege a Laje de Santos ou Juréia-Itatins, não está apenas executando política estadual. Está cumprindo tratados internacionais (Samarqanda, MoUs), sustentando a conectividade hemisférica e salvando a viabilidade genética global de espécies críticas.



Wikicommon

Territórios estratégicos para conservação de espécies migratórias no Estado de São Paulo

A conservação de espécies migratórias no Estado de São Paulo está associada a um conjunto de territórios que desempenham funções ecológicas complementares ao longo das rotas migratórias. Nesse contexto, não se trata de identificar áreas isoladamente mais importantes, mas de reconhecer sistemas territoriais interdependentes, que incluem Unidades de Conservação de proteção integral, de uso sustentável e áreas marinhas e fluviais.

Destacam-se, nesse arranjo, territórios que concentram alta relevância ecológica, conectividade e função estratégica para diferentes grupos de espécies migratórias.

AMBIENTES COSTEIROS E MARINHOS

O litoral do Estado de São Paulo configura-se como um contínuo ecológico de elevada relevância para a conservação de espécies migratórias, ao integrar um mosaico de áreas protegidas que desempenham funções complementares ao longo das rotas migratórias do Atlântico Sul. Nesse contexto, territórios como a Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe, o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, a Estação Ecológica Juréia-Itatins, as Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte e Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Sul, bem como o Parque Estadual de Ilhabela, constituem áreas-chave utilizadas por aves limícolas migratórias, como *Calidris canutus* e *Calidris fuscicollis*, e por mamíferos marinhos, como *Megaptera novaeangliae*, ao longo de seus ciclos ecológicos. A relevância desses territórios decorre da combinação de elevada produtividade biológica, diversidade de habitats — incluindo estuários, manguezais, ilhas costeiras e ambientes marinhos adjacentes — e sua posição estratégica em rotas migratórias internacionais, conferindo-lhes papel essencial na manutenção de processos ecológicos em escala regional e global.



Wikicommon

SISTEMAS FLUVIAIS E PEIXES MIGRADORES

As bacias hidrográficas do Estado de São Paulo constituem corredores ecológicos de importância estratégica para a conservação de espécies migradoras de água doce, especialmente durante os períodos reprodutivos associados à piracema. Nesse contexto, territórios como a Área de Proteção Ambiental do Rio Paranapanema e o Parque Estadual do Morro do Diabo desempenham papel relevante ao integrar paisagens fluviais e terrestres que sustentam processos ecológicos essenciais para espécies como *Pseudoplatystoma corruscans*, *Brycon orbignyianus*, *Salminus brasiliensis* e *Prochilodus lineatus*. A relevância desses sistemas está diretamente associada à manutenção da conectividade longitudinal dos rios, condição indispensável para a realização dos deslocamentos migratórios. Nesse sentido, a efetividade das estratégias de conservação transcende os limites das Unidades de Conservação, sendo fortemente influenciada por fatores externos, como a presença de barramentos, a qualidade da água e o uso do solo na bacia hidrográfica, o que reforça a necessidade de abordagens integradas e multiescalares de gestão.



AMBIENTES INTERIORES E ÁREAS DE PASSAGEM

Regiões do interior do estado, incluindo o Vale do Ribeira e mosaicos florestais e agrícolas, funcionam como áreas de passagem e alimentação para aves migratórias continentais. Esses territórios reforçam a importância de uma abordagem de conservação que considere não apenas áreas protegidas, mas também a matriz de paisagem.

CONSIDERAÇÕES ESTRATÉGICAS

A análise integrada dos territórios associados às rotas migratórias no Estado de São Paulo evidencia que a conservação dessas espécies depende da manutenção de extensas áreas contínuas de habitat, frequentemente além dos limites de Unidades de Conservação individuais, requerendo abordagens que integrem diferentes categorias de proteção e a matriz de paisagem.

Nesse contexto, Unidades de Conservação de uso sustentável, como Áreas de Proteção Ambiental, assumem papel particularmente relevante em função de sua escala e de sua capacidade de conciliar conservação da biodiversidade com o uso do território. Adicionalmente, a efetividade das estratégias de conservação está diretamente associada não apenas à existência formal de áreas protegidas, mas à qualidade de sua gestão, à capacidade de fiscalização e à robustez dos arranjos de governança territorial.

Diante dessa realidade, destacam-se oportunidades estratégicas para o fortalecimento da conservação de espécies migratórias no estado, incluindo a ampliação de iniciativas de monitoramento e geração de dados, o fortalecimento da gestão integrada entre Unidades de Conservação, a promoção da conectividade ecológica em escala de paisagem e o estabelecimento de parcerias institucionais e mecanismos de cooperação internacional. Nesse sentido, o direcionamento de investimentos para territórios que desempenham funções críticas ao longo das rotas migratórias configura-se como medida prioritária para assegurar a manutenção de processos ecológicos essenciais em escala regional e global.

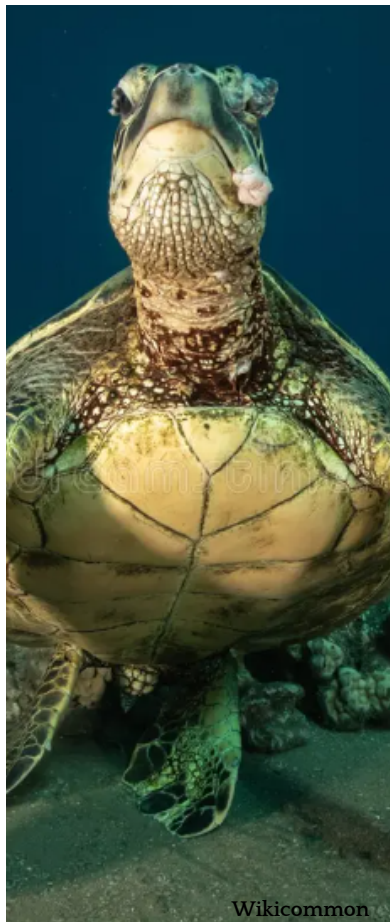




Wikicommon

A Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS), adotada em 1979 no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/UNEP), constitui o principal instrumento internacional voltado à conservação de espécies migratórias ao longo de toda a sua área de distribuição. Seu objetivo central é assegurar que espécies migratórias terrestres, aquáticas e aéreas alcancem ou mantenham um estado de conservação favorável, por meio da cooperação internacional entre os Estados de ocorrência.

CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL DA CONVENÇÃO SOBRE ESPÉCIES MIGRATÓRIAS (CMS)



Wikicommon

A Convenção reconhece que as espécies migratórias representam componentes essenciais dos sistemas naturais e que sua conservação depende da manutenção de cadeias contínuas de habitats e da coordenação entre países. Nesse contexto, são consideradas espécies migratórias aquelas cujas populações, ou parte significativa delas, realizam deslocamentos regulares e previsíveis que atravessam fronteiras nacionais. O conceito de estado de conservação favorável, adotado pela CMS, pressupõe populações viáveis no longo prazo, distribuição estável, disponibilidade de habitat suficiente e manutenção de níveis populacionais próximos aos históricos. A arquitetura jurídica da CMS baseia-se em dois instrumentos centrais: o Apêndice I, que reúne espécies ameaçadas de extinção e estabelece medidas rigorosas de proteção, incluindo a proibição de captura e a obrigatoriedade de conservação de habitats críticos; e o Apêndice II, que abrange e



Wikicommon

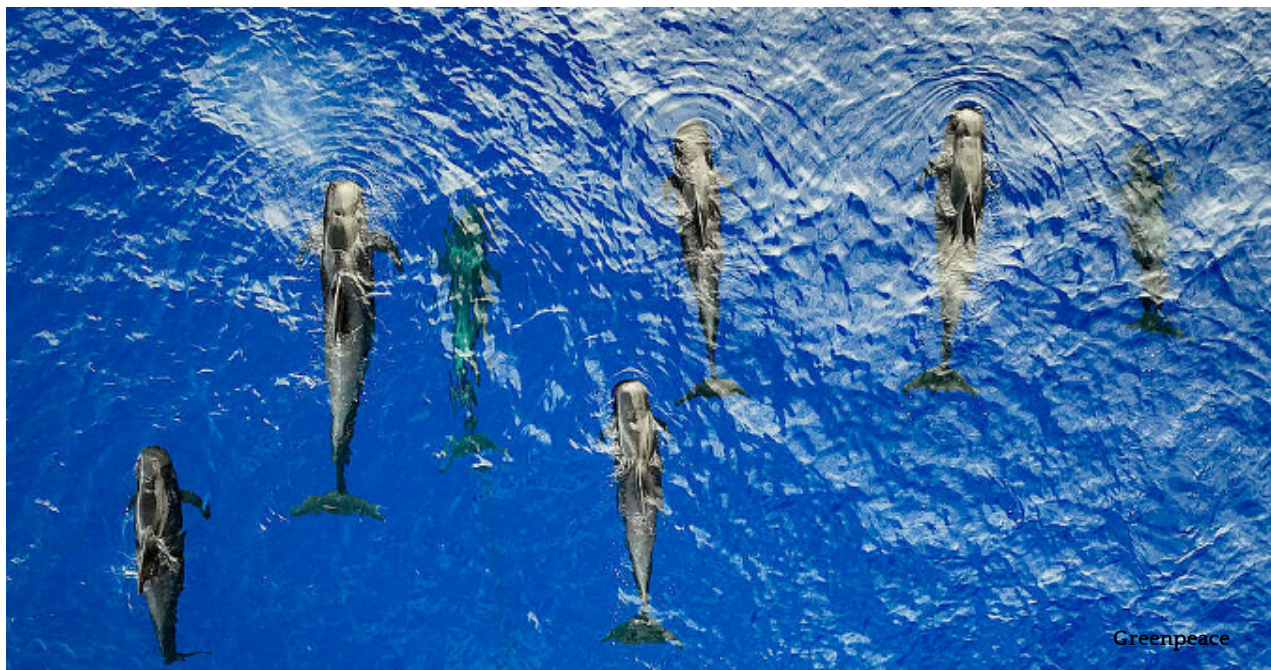
espécies que requerem ou se beneficiam de cooperação internacional, incentivando a celebração de acordos e memorandos de entendimento voltados à gestão coordenada ao longo de suas rotas migratórias. Essa estrutura permite uma abordagem progressiva e adaptativa, combinando proteção emergencial e planejamento de longo prazo. Importa destacar que a CMS possui natureza complementar à Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES). Enquanto a CMS concentra-se na conservação de espécies migratórias e na manutenção de seus habitats e rotas, a CITES regula o comércio internacional de espécies ameaçadas, visando evitar sua exploração insustentável. A atuação integrada entre esses instrumentos fortalece a governança global da biodiversidade.



A implementação da CMS é orientada, no período atual, pelo Plano Estratégico de Samarcanda para Espécies Migratórias (2024–2032), que estabelece uma agenda global voltada à reversão do declínio dessas espécies. O Plano estrutura-se em quatro eixos estratégicos: (i) redução de ameaças diretas, incluindo perda de habitat, infraestrutura e mudanças climáticas; (ii) proteção, restauração e reconexão de habitats; (iii) fortalecimento de políticas públicas e governança; e (iv) ampliação do conhecimento científico, monitoramento e financiamento. Esse instrumento foi concebido em alinhamento direto com o Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, reforçando a integração entre agendas multilaterais de conservação.

No contexto nacional, o Brasil atua como Parte da CMS por meio da incorporação de seus princípios às políticas públicas de biodiversidade, da implementação de planos de ação nacionais e da participação ativa em instrumentos associados, como memorandos de entendimento voltados a

grupos específicos de espécies. Destacam-se, nesse âmbito, o Acordo sobre Aves Aquáticas Migratórias (AEWA), o Memorando sobre Aves de Rapina Migratórias (Raptors MoU) e o Memorando sobre a Conservação das Tartarugas Marinhas, que orientam ações de monitoramento, proteção de habitats e cooperação internacional.



A operacionalização desses compromissos ocorre principalmente por meio dos Planos de Ação Nacionais (PANs), coordenados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que traduzem diretrizes internacionais em ações concretas de conservação. Esses planos incorporam abordagem baseada em conectividade ecológica, reconhecendo a importância de áreas de reprodução, alimentação, descanso e passagem ao longo das rotas migratórias, e são implementados em articulação com órgãos federais, estaduais, instituições científicas e organizações da sociedade civil.

A implementação da CMS no Brasil também envolve ações integradas de fiscalização e combate ao tráfico de fauna, conduzidas por órgãos como IBAMA, ICMBio e Polícia Federal, frequentemente em articulação com compromissos assumidos no âmbito da CITES. Paralelamente, a pesquisa científica e o monitoramento constituem pilares estruturantes, incluindo programas de anilhamento, telemetria e rastreamento por satélite, que subsidiam a tomada de decisão e fortalecem a contribuição brasileira para avaliações globais.



No estado de São Paulo, esses instrumentos assumem relevância estratégica. O território paulista abriga uma diversidade de ambientes costeiros, áreas úmidas e corredores ecológicos que funcionam como pontos críticos para espécies migratórias, incluindo aves costeiras, tartarugas marinhas e aves de rapina. Essas áreas desempenham papel essencial na conectividade ecológica em escala continental, ao mesmo tempo em que estão submetidas a elevadas pressões antrópicas, exigindo abordagens integradas de gestão, monitoramento e conservação.

Nesse contexto, Unidades de Conservação como a Estação Ecológica Juréia-Itatins e o Parque Estadual da Ilha do Cardoso constituem áreas-chave para a manutenção de espécies migratórias, oferecendo habitats essenciais para descanso, alimentação e reprodução. Complementarmente, programas de monitoramento científico, ações de fiscalização e iniciativas de educação ambiental reforçam a implementação dos compromissos da CMS no território paulista.

A conservação de espécies migratórias em São Paulo evidencia, portanto, a necessidade de articulação entre escalas global, nacional e regional, integrando instrumentos internacionais, políticas públicas e gestão territorial. Essa abordagem reflete o princípio fundamental da CMS: a conservação dessas espécies só é efetiva quando baseada em cooperação internacional, conectividade ecológica e implementação coordenada ao longo de toda a sua área de distribuição.

Embaixadores da Conservação: Espécies-Bandeira em São Paulo

Espécies com alta relevância em debates e acordos internacionais de cooperação.

 <p>Baleia-jubarte (<i>Megaptera novaeangliae</i>)</p> <p>Conecta a Antártica (alimentação) à costa brasileira (reprodução).</p>	 <p>Maçarico-de-papo-vermelho (<i>Calidris canutus</i>)</p> <p>Uma das migrações mais longas do planeta, dependente dos estuários paulistas para reabastecimento.</p>	 <p>Batuíra-dourada (<i>Pluvialis dominica</i>)</p> <p>Viajante neártica que reforça a necessidade de proteção das zonas costeiras e estuarinas.</p>	 <p>Águia-pescadora (<i>Pandion haliaetus</i>)</p> <p>Predador de topo migratório, símbolo da saúde da interface entre ambientes terrestres e marinhos (ex: Núcleo Picinguaba).</p>
--	---	---	---

A participação direta de gestores na COP15 representou um ganho estratégico em termos de capacitação institucional, ao proporcionar imersão em um ambiente de negociação, troca técnica e alinhamento político em escala global. Essa experiência amplia significativamente o repertório dos profissionais, qualificando sua capacidade de leitura de cenários, antecipação de tendências e incorporação de diretrizes internacionais à gestão cotidiana das Unidades de Conservação. Ao vivenciar debates de alto nível, acessar evidências científicas atualizadas e interagir com atores-chave da governança ambiental global, os gestores passam a operar com uma visão mais sistêmica e integrada, fortalecendo a tomada de decisão e posicionando a Fundação Florestal de forma mais assertiva frente aos desafios contemporâneos da conservação.

Espécie	Nicho Ecológico
Toninha	Costeiro raso (<30m)
Boto-cinza	Estuarino/Costeiro
Jubarte	Plataforma/Oceânico
Lobo-marinho	Praias/Costões
Lontra	Rios/Manguezais

PANORAMA ESTRATÉGICO PARA A GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL NO CONTEXTO DA CMS

A análise integrada entre os Anexos I e II da Convenção sobre Espécies Migratórias (CMS) e os Planos de Manejo das Unidades de Conservação (UCs) da Fundação Florestal evidencia que o Estado de São Paulo ocupa posição estratégica na conservação de espécies migratórias, especialmente em ambientes costeiros, marinhos

estuarinos e florestais. Essa condição decorre da presença simultânea de áreas de alimentação, descanso, reprodução e passagem ao longo de rotas migratórias continentais e oceânicas, conferindo às UCs paulistas papel funcional dentro de sistemas ecológicos de escala ampliada



Destacam-se como principais ativos institucionais a presença de áreas-chave para alimentação, descanso e passagem de espécies migratórias, a existência de instrumentos consolidados de gestão como os Planos de Manejo e a capacidade técnica instalada para monitoramento da biodiversidade. Unidades localizadas no litoral e no complexo estuarino do sul do estado configuram-se como pontos críticos de conectividade ecológica, com relevância direta para rotas migratórias internacionais.

Entretanto, a efetividade da conservação ainda é limitada por lacunas estruturais, entre as quais se destacam a baixa incorporação explícita da CMS como referência normativa nos Planos de Manejo, a sub-representação de espécies altamente migratórias de ampla distribuição oceânica, a fragmentação da gestão entre ambientes (marinho, costeiro e florestal) e a elevada pressão antrópica sobre áreas prioritárias. Esses fatores reduzem a capacidade de resposta frente a ameaças como pesca incidental, perda de habitat e intensificação de usos conflitantes do território.

Diante desse cenário, a principal diretriz estratégica consiste na transição de uma abordagem centrada em unidades isoladas para um modelo de gestão orientado por conectividade ecológica e processos migratórios. Isso implica incorporar formalmente a CMS como referência nos instrumentos de gestão, priorizar áreas com maior concentração de espécies listadas nos Anexos I e II, fortalecer a integração entre Unidades de Conservação e ampliar a articulação com políticas públicas e instrumentos de governança em escala regional e internacional.

Adicionalmente, recomenda-se intensificar ações de monitoramento e produção de dados, com uso de tecnologias aplicadas e integração a redes globais de informação, bem como estruturar medidas específicas de mitigação de ameaças críticas, especialmente em ambientes costeiros e marinhos. A consolidação de parcerias institucionais e o acesso a mecanismos internacionais de financiamento também se apresentam como oportunidades estratégicas para ampliar a escala e a efetividade das ações.

Em síntese, São Paulo reúne condições únicas para se consolidar como referência na implementação subnacional da CMS. A efetividade dessa atuação dependerá, contudo, da capacidade institucional de alinhar instrumentos de gestão, integrar escalas de atuação e adotar uma abordagem sistêmica, baseada em conectividade, ciência e cooperação internacional.



Encerramos este relatório com a convicção de que a conservação das espécies migratórias não é apenas uma agenda ambiental, é uma agenda estratégica de Estado. Em um contexto global marcado pela aceleração das mudanças climáticas, pela fragmentação de habitats e pelo declínio generalizado da biodiversidade, os territórios capazes de manter conectividade ecológica funcional assumem papel central na garantia da resiliência dos sistemas naturais.

O Estado de São Paulo, por meio da Fundação Florestal, demonstra que é possível conciliar alta complexidade territorial com gestão qualificada da biodiversidade. As Unidades de Conservação sob sua responsabilidade não são apenas áreas protegidas são elos ativos de redes ecológicas que transcendem fronteiras, sustentando ciclos de vida que conectam continentes, oceanos e paisagens.

A participação na CMS COP15 reafirma esse posicionamento e projeta a Fundação Florestal como uma instituição alinhada às agendas mais avançadas da governança ambiental global. Mais do que acompanhar esse movimento, São Paulo tem condições concretas de liderar, em escala subnacional, a implementação de soluções baseadas em ciência, conectividade e cooperação internacional.

O desafio que se coloca, a partir deste momento, é transformar esse alinhamento estratégico em ação estruturada. Isso implica incorporar diretrizes globais aos instrumentos de gestão, fortalecer a integração entre políticas públicas, ampliar a capacidade de resposta frente às pressões antrópicas e consolidar uma atuação orientada por dados, inovação e articulação institucional.

Este relatório não representa um ponto de chegada, mas um marco de transição. Ele evidencia que o Estado já reúne os elementos necessários para avançar como o conhecimento técnico, base territorial, capacidade institucional e inserção internacional. O próximo passo é escalar, integrar e consolidar.

Conservar espécies migratórias é, em última instância, garantir a continuidade dos processos ecológicos que sustentam a vida. E, nesse compromisso, São Paulo não é apenas parte do caminho, é parte da solução.

PERCEPÇÕES E DEPOIMENTOS DA DELEGAÇÃO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL NA COP 15 CMS



FOTOS

